

CARTOGRAFIA GEOGRÁFICA E A QUESTÃO AGRÁRIA: DESVELANDO AS CONTRADIÇÕES DA IMPLANTAÇÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA

Henrique Oliveira de Andrade[1]
Eraldo da Silva Ramos Filho[2]

Palavras-chave: Energia; Capital; Território.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em tela, parte da necessidade de estudos aprofundados quanto à territorialização do capital e à produção do espaço com vistas à compreensão acerca dos conflitos territoriais relacionados com a implantação de linhas de transmissão de energia. Relaciona-se diretamente com a dissimulação do capital mediante a apropriação discursiva das políticas públicas de segurança energética, engendradas pelo estado brasileiro como forma de potencialização da acumulação de capital por parte de conglomerados internacionais/nacionais de especulação ligadas à área da energia.

Este trabalho compõe os resultados preliminares da pesquisa de doutoramento realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Sergipe e dos trabalhos de assessoria popular desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Conflitos Socioambientais realizado com parceria entre as instituições de ensino e as organizações das comunidades. Como desdobramentos dos trabalhos realizados, a análise crítica da questão agrária frente a implantação dos megaprojetos energéticos é central no sentido de desvelar as contradições postas na realidade ante a expansão do capital e suas repercussões socioespaciais nas comunidades camponesas e quilombolas foco desta

[1] Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe-UFS, Professor do Instituto Federal da Bahia - IFBAhenriqueoliveira@ifba.edu.br
[2] Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Professor da Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – UFS. eramosfilho@gmail.com

reflexão. A Cartografia Geográfica desde baixo foi um instrumento de extrema relevância no diálogo com as comunidades bem como um trunfo teórico-conceitual no enfrentamento protagonizado pelas referidas comunidades frente as ações do Estado-Capital.

Dito isso, o objetivo deste trabalho é analisar como a Cartografia Geográfica configura-se como um instrumento de defesa do território frente a implantação de linhas de transmissão de energia. E, atrelada à lógica dos grandes projetos de desenvolvimento acerca da falácia da segurança energética das políticas públicas de energia no Brasil, analisar-se-á como tais megaprojetos reconfiguram o território e acirram a questão agrária. Nesse sentido, analisa-se situações concretas nos estados da Bahia, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Sul e Amazonas quanto à problemática dos licenciamentos ambientais e a ideologia da segurança energética a despeito das estratégias de defesa do território protagonizada pelas comunidades atingidas pelas linhas de transmissão.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Nesse sentido, parte-se das premissas orientadoras de Alentejano e Tavares (2019) quanto aos Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD) no Brasil, as discussões profundas de Martins (1991) acerca da questão agrária brasileira e as reflexões fecundas de Batista (2014) acerca da Cartografia Geográfica e suas conexões com o desvelamento da realidade atrelando a questão agrária no contexto do modo de produção capitalista.

Nesse contexto, as problemáticas acerca dos Grandes Projetos de Desenvolvimento Energéticos (GPDE) estão assentadas na dimensão contraditória da falácia da segurança energética nacional, a qual potencializa processos intensivos de fluxos de capitais por meio de multinacionais capitaneadas também por recursos públicos. De outro lado, potencializa-se a expropriação das comunidades relacionadas com os licenciamentos ambientais contenciosos e também a efetivação das faixas de servidão administrativas que de forma direta impactam na questão agrária das comunidades e com desdobramentos efetivos na dimensão fundiária. (Andrade e Ramos Filho, 2021).

Nesse sentido, apresentamos como exemplo para compreensão crítica do processo socioespacial que conecta diretamente a questão agrária, a territorialização do capital, a ação do Estado e a contradição manifestada pela defesa do território protagonizadas pelas comunidades quilombolas e camponesas, a **figura 01**, a qual a partir do mapeamento conjunto com as referidas comunidades dos Municípios de Feira de Santana e Antônio Cardoso denunciam a apropriação de terras por meio das faixas de servidão administrativa e os potenciais conflitos relacionados com a expropriação derivados da implantação da Linha de Transmissão de Energia Porto Sergipe-Sapeaçu 500kv, obra essa licenciada junto ao IBAMA e gerenciada pela Sociedade de Propósitos Específicos São Francisco, face financeira da multinacional indiana Sterlite Power Grid, operada pelo fundo de private equite KKR com sede em Londres.

A conjuntura territorial desse recorte de pesquisa é relevante, visto a existência de diversas ações de Estado que, atreladas às grandes corporações do capital financeiro, promovem conflitos diversos junto aos povos do campo, em suas múltiplas formas de organização e resistências. Dessa forma, avaliar tais problemáticas espaciais promove a inserção do conhecimento geográfico com vistas a um estudo da Geografia do Conflito respaldado em Dantas (2023, p. 12), quando afirma que “os conflitos territoriais são inerentes à formação territorial do Brasil”.

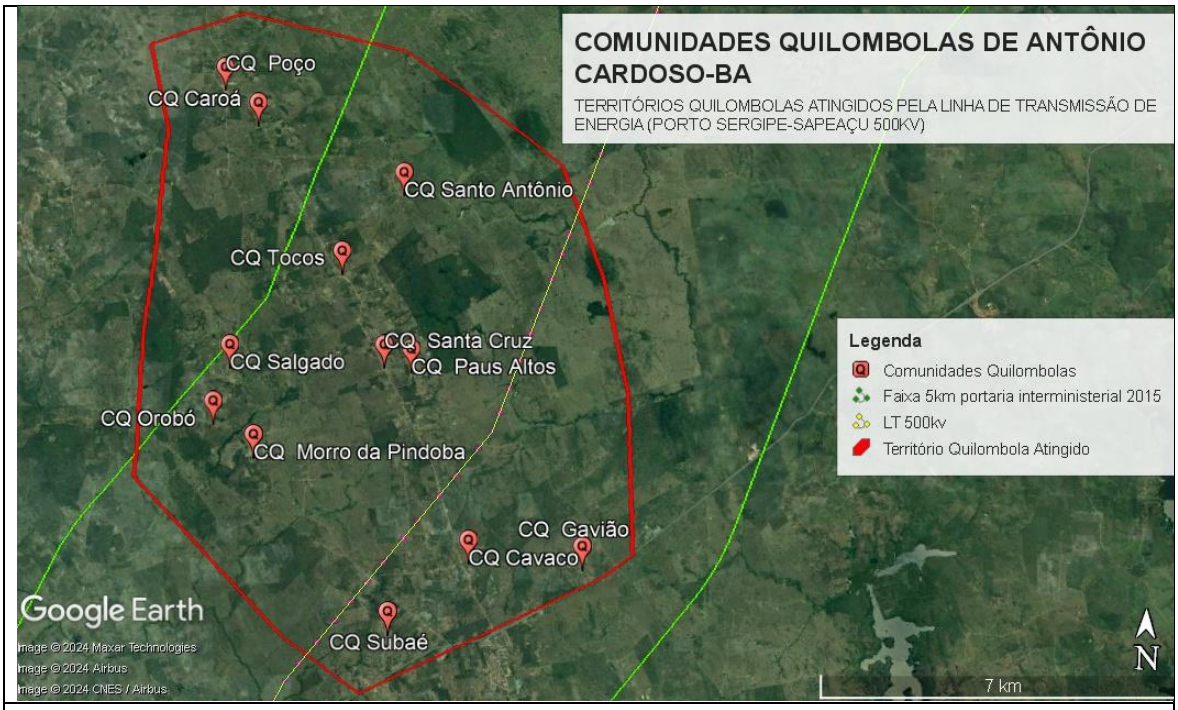

Figura 01a: Territórios atingidos pela LT Porto Sergipe-Sapeaçu, com destaque para o município de Antônio Cardoso.
Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo e banc de dados da EPE.
Obs: Destacamos que contamos com a parceria do Ministério Público Federal para o desenvolvimento desta reflexão, haja vista a ação civil pública em andamento.



Figura 01a: Territórios atingidos pela LT Porto Sergipe-Sapeaçu, com destaque para o Estado da bahia.
Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo e banc de dados da EPE.
Obs: Destacamos que contamos com a parceria do Ministério Público Federal para o desenvolvimento desta reflexão, haja vista a ação civil pública em andamento.

Destaca-se nesse contexto a estreita interrelação entre a questão agraria, com a conversão de terra de trabalho em terra de negócio conforme as reflexões de Martins (1991) e nesse sentido o negócio é a energia elétrica, a qual por meio de infraestruturas metálicas e de eletromagnetismo condicionam as comunidades a impactos na renda da terra, violações aos direitos humanos e territoriais, bem como a questões relacionadas com o medo, adoecimentos psicológicos, impactos ambientais diversos, impactos econômicos com redução dos meios de vida para geração de renda, a exemplo da expulsão de abelhas de apiários das comunidades e impactos no valor da terra, relativo às estruturas das torres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, a Geografia aqui é compreendida na ótica de Moreira (1980) sob a égide da democracia, partilha e liberdade, ou seja, intenta-se produzir um estudo crítico que desvele a reprodução do espaço da miséria, as problemáticas relacionadas com a produção do espaço relacionadas à energia, os conflitos territoriais, a financeirização da natureza e seus desdobramentos nos condicionantes de políticas públicas de segurança energética que aprisionam a sociedade, o espaço e o território aos anseios e dissimulações do sistema sociometabólico do capital.

O território em conflito e os potenciais conflitos territoriais, baseados em Ramos Filho (2008) e Conceição (2021), estão relacionados com a emergência da atuação de empresas transnacionais na implantação de "estratégias de desenvolvimento", articuladas com a acumulação de capital engendradas pelo Estado Brasileiro, no qual impacta diversas comunidades quilombolas e camponesas que estão em amplos processos de lutas, resistências e articulações frente a esse modelo.

Assim, apontamos acerca da dimensão na escala geográfica de Brasil para a análise crítica das infraestruturas de energia no processo de territorialização do capital por meio do discurso da segurança energética engendrado pelas políticas públicas de energia materializadas na Política Nacional de Energia – PNE. Nesse sentido, destacamos que o *locus* da pesquisa se dá no conjunto das LTs mapeadas previamente e apontadas aos conflitos territoriais, as quais protagonizam a luta social enquanto defesa do território e como a cartografia geográfica representa um importante elemento no processo de reflexão coletiva e crítica, apresentando também uma leitura potente ante a expansão do capital no campo, externando as singularidades da questão agrária brasileira e baiana.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P.R.R. & TAVARES, E. Os grandes projetos de desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre,** ano 34, v 1 n 52. p. 190-233, 2019.

ANDRADE, H. O. e RAMOS FILHO, E. S. **Conflitos territoriais e implantação de linhas de transmissão de energia**. Anais do XIV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78043>. Acesso em: 11/02/2022.

BATISTA, S. C. **Cartografia geográfica em questão**: do chão, do alto, das representações.2014. 512 f.Tese (Doutorado) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BRASIL, MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Plano Nacional de Energia 2050** / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME/EPE, 2020.

CONCEIÇÃO, A.L. Usos e abusos da categoria território. In: **Revista da ANPEGE**. v. 17. nº. 32, p. 7 - 21, ANO 2021.

DANTAS, José Carlos; FELICIANO, Carlos Alberto. Conflitos territoriais no semiárido brasileiro: gênese, ações e processos. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 95, p. 237–259, 2023.

MARTINS, J. de S. **Terra de negócio e terra de trabalho**: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. In: MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: HUCITEC,1991.

MOREIRA, R. **A Geografia Serve Para Desvendar Mascaras Sociais**, in Geografia: Teoria e Crítica (O saber posto em questão). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

RAMOS FILHO, E.S. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003 – 2006). 2008. Tese (Doutorado em Geografia – Unesp).